EMBATES E COMBATES: O BATISMO DO HISTORIADOR NA ESCOLA DO ANTIGO REGIME (VOLTAIRE, UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA INTELLECTUAL)*

Marcos Antônio LOPES**

Suas experiências são mais variadas, suas curiosidades mais extensas que as de Montaigne. É uma festa para o espírito encontrar todas as matérias, ou pouco falta para tanto, da cultura humana, repensadas e exprimidas no curso de uma longa 'conversa' de mais de meio século, por um dos homens mais inteligentes e mais vivos que jamais existiu.

René Pomeau

RESUMO

Este artigo trata da trajetória intelectual de Voltaire. A análise objetiva traçar o itinerário intelectual voltairiano, realçar as diversas experiências do autor, e analisar sua escolha pela História como campo de estudos.

Palavras-chave: Voltaire, intelectuais, século XVIII, historiografia.

ABSTRACT

This article is about the intellectual trajectory of Voltaire. The analysis aims to understand his intellectual journey and his varied experiences, to his final definition for History as field of studies.

Key-words: Voltaire, intellectuals, 18th century, historiography.

* Este texto é adaptação de um dos capítulos da tese *Voltaire, a história, o príncipe e a virtude*, defendida no Depto. de História da Universidade de São Paulo, em 1999, com o apoio do CNPq. Agradeço aos professores Elias Thomé Saliba, José Carlos Reis, Lucília de Almeida Neves, Modesto Florenzano e Antônio Penalves Rocha, meu orientador, pela minúcia e rigor da arguição.

** Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Na primeira metade do século XVIII, o arcaísmo das instituições francesas passou a conviver com uma civilização nova, muito mais avançada em idéias e costumes. Mas não suficientemente aberta para suportar todas as profundas transformações culturais em curso. Nesse sentido, a observação de Pierre Barrière torna-se compreensível, ao afirmar que a vida de Voltaire começou por um escândalo, o caso Rohan, o infeliz incidente de 1726, que levaria o escritor a seu primeiro exílio, mas também aos bons anos vividos na Inglaterra, responsáveis por seu amadurecimento intelectual, bem como pelo desenvolvimento de suas preocupações científicas. A questão é muita clara. Nos quadros de uma sociedade aristocrática, na qual o privilégio de sangue marca o espaço hierárquico a ser ocupado por cada indivíduo, um burguês pretensioso irrompia do nada em trajetória fulgurante. No caso específico do cavalheiro de Rohan, conta-se que o jovem Voltaire havia tomado algumas pauladas sob encomenda, dias após ter respondido de forma insolente às zombarias de um *gentilhomme* incomodado pelo pres-tígio de que gozava nos salões parisienses. Como diz Guy Chaussinand-Nogaret, “É mais fácil a um medíocre levantar sua bengala que encontrar a boa réplica” (1994, p. 25).

Em resumo, no século XVIII, bater num escritor sem berço não chegava realmente a ser crime, e sendo assim, Voltaire só estava procurando a lenha e o azeite para ser *fritado*. Guy Chaussinand-Nogaret é voltairiano, ao observar que:

Um poeta espancado por um Rohan, ainda era muita honra para ele. Alguém iria se comprometer por um plebeu, quando uma poderosa família, da qual o chefe é cardeal está em causa? Isto seria perigoso, mas, sobretudo, isto seria romper a solidariedade que unia os grandes na defesa de seus privilégios. A hora da justiça soa, mas é a justiça de casta. A família Rohan mobilizou-se, e foi a vítima a castigada: Voltaire fez uma nova estadia na Bastilha (1994, p. 25).

A trajetória de Voltaire é sinônimo de vida aventureira: fazer escândalo para ser perseguido, de fuga em fuga, de caçada em caçada, e sempre representar o papel da lebre levantada pelas matilhas e alcatéias justamente enfurecidas. Como lembra Guy Chaussinand-Nogaret (1994), “Ele havia sido cidadão quando a autoridade só reconhecia súditos; ele tinha usado e abu-

sado de uma liberdade que lhe recusaram; ele havia atacado os preconceitos e as tiranias, reparado injustiças, preenchido o universo de sua indignação e de sua beneficência.” Como ele mesmo confessou, e iria repetir no *Dicionário Filosófico*, “Il faut être en France enclume ou marteau: j’étais enclume.” Na época de Voltaire, a literatura se mostrava como um ofício perigoso, muito mais ainda para um escritor iconoclasta, que por meio das mais diversas acrobacias literárias a um só tempo arrebatava admiradores e espalhava o ódio, num contexto em que uma estrofe mais forte era suficiente para arruinar a reputação de uma vida inteira.

Voltaire havia caído em desgraça diante de Luís XV por ter tomado o partido da duquesa du Maine, que desejou reviver contra a regência do duque d’Orléans uma nova Fronda, ainda na menoridade do soberano. “Le Bien-Aimé n’aime pas les gens de lettres...” nos faz recordar Pomeau, acrescentando que o espírito de Voltaire era instrumento de tortura para o rei. De fato, ele havia escrito uma sátira contra a Regência em 1717, o que lhe valeu seu primeiro encarceramento. Nunca conseguiu livrar-se do estigma de *frondeur*. Esta “filiação”, até um tanto quanto ingênua, iria lhe valer a eterna antipatia de Luís XV, bem como seu exílio de trinta anos de Paris: “...ele nunca teve êxito em recobrar a inocência do autor inteligente, que respeita o rei, o primeiro ministro, a Igreja, o chefe de polícia, e tudo o que tem alguma coisa a ver com eles” (POMEAU, 1994a, p. 19). Mas, para cúmulo de sua infelicidade, na monarquia francesa não havia lugar para ele. Luís XV simplesmente não suportava ouvir seu nome. Anos mais tarde, Frederico II pendurou-lhe os guizos dourados que perseguira na França durante tanto tempo, o que acabou por desabrochar nele uma crise de consciência.

Constituindo-se no tolo do maquiavelismo da corte de Frederico II, e sabedor de seu papel de histrião numa república das letras em que todos os grandes personagens se odiavam cordialmente, esta foi uma contundente derrota numa tentativa de aliança entre a filosofia e o poder político. Esta consideração nos faz lembrar uma certa passagem de Montesquieu sobre Voltaire, que se perguntava: “É uma incógnita saber quem lhe fez mais justiça, os que lhe deram mil louvores, ou os que lhe deram cem pauladas” (MONTESQUIEU, 1949, p. 122). Seu exílio na Inglaterra transformou o homem de letras em filósofo. Foi quando descobriu uma palavra-chave de seu vocabulário: tolerância. Descobriu também que um escritor não poderia ser feliz numa monarquia católica. Sua maior amargura foi não poder oferecer *La Henriade* a Luís XV; isto porque o livro tocava, apesar de ser bastante

elogioso para com Henrique IV, em questões sobre as quais não se devia discutir no século XVIII: história, política e religião.

Como diz Goldzink, ao se referir à tentativa do autor em aprovar em Versalhes, anos mais tarde, seu *projeto do Siècle de Louis XIV*, “A história da dinastia permanece sempre, ao longo do Antigo Regime, negócio de Estado, e o nome de Voltaire não era garantia suficiente de prudência” (1994, p. 70). Seu exílio na Inglaterra, devido ao caso Rohan, operou em seus horizontes intelectuais metamorfoses profundas. Seu diálogo direto com Berkeley e os filósofos ingleses levaram-no a descobrir não só a filosofia, mas a incorporar também a história em seu universo de preocupações, da mesma forma como passou a se interessar pela política e pela religião como temas relevantes: “Arouet de Voltaire toca em questões escabrosas, quer dizer, religiosas, com um ardor suspeito, um proselitismo imprudente.” (GOLDZINK, 1994, p. 69). Voltaire iria pisar em campos minados pelo Estado absolutista francês, em temas que a monarquia guardava a sete chaves. Ele mesmo reconheceria, já na condição de historiógrafo do rei, em 1745, que a história da França exigia tal liberdade que só poderia ser escrita, verdadeiramente, fora da França. Como aponta um de seus intérpretes: “Numa monarquia, o historiador do presente permanece, sempre, mais ou menos historiógrafo” (POMEAU, 1957, p. 16).

De acordo com René Pomeau,

Suas produções pseudo-clássicas eram mais subversivas do que ele acreditava. Ele não havia conseguido para sua *Liga* aprovação e privilégio, nem mesmo a aprovação tácita. (...) Então, ele se coloca como o homem da grande emancipação. Os golpes de bastão do cavaleiro de Rohan o colocam no bom caminho: ele perdia o seu tempo fazendo reverências em Fontainebleau; ele está melhor em seu lugar, no exílio, em Wandsworth, cidade dos quakers e dos huguenotes refugiados. (1994, p. 17)

Surge então, o pedagogo social, o defensor das aspirações da república das letras, o criador dos rudimentos do que ficaria conhecido mais tarde como a “opinião pública”. Durante todo o resto de sua vida fez chover sobre os padres o chumbo e o ferro de uma artilharia poderosa, carregada à base de cartuchos, uma novidade militar de sua época. Esta imagem foi usada por Voltaire para descrever o cerco dos turcos aos russos em 1711, em sua *História da Rússia*. O sucesso de suas *Cartas Filosóficas*, obra na qual

ressaltava o arcaísmo de uma nação francesa esgotada e a grandeza de uma Inglaterra, “ilha venturosa” e soberbamente moderna, fê-lo optar pela crítica do regime de Luís XV, entremeada por períodos de uma condescendência moderada: “Que pobre país era a França, afogada em seus abusos, em suas superstições, em suas misérias, em comparação com a Inglaterra ativa, onde os homens têm caráter e ousam pensar”, reflete René Pomeau acerca dos sentimentos de Voltaire (1994, p. 12).¹ Perseguido pela polícia de Paris por suas diatribes literárias, viveu exilado por mais de trinta anos. Primeiramente em Cirey, com Madame du Châtelet. Aí, “Uma das mais notáveis aventuras intelectuais e sentimentais da história da literatura começa” (GOLDZINK, 1994, p. 58).

Homem já maduro, esquecera completamente as lições que havia imposto a si mesmo, aplicando golpes sempre um pouco abaixo da cintura de seus desafetos que, desde 1735, contavam-se em número bastante considerável não apenas na França, mas em toda a Europa, e que se multiplicavam com extrema rapidez. É que, atacando Voltaire, já tornado uma estrela de primeira grandeza, tinha-se a chance de se construir uma reputação. Na célebre carta de Rousseau a Voltaire – que consumou um rompimento sem retorno –, datada de 7 de setembro de 1755, resposta enérgica à sátira ao “livro contra o gênero humano”, de 30 de agosto do mesmo ano, o filósofo de Genebra já observava ser Voltaire um alvo muito visado em toda a Europa: “As injúrias de vossos inimigos são o cortejo de vossa glória...” (GOLDZINK, 1994, p. 142). O próprio Voltaire apontou, na “Lettre au Journal des Savants”, para o sentido dessas notas assassinas, feitas “...para humilhar um autor, para se fazer valer às suas expensas, enfim, para vender uma brochura” (1957, p. 301). E ainda piores que esses eram os “escritores famélicos que ousadamente tomam o título de historiador”, numa clara alusão aos plagiadores de seus livros (Cf. VOLTAIRE, 1957, p. 560).

No tempo de Voltaire, a história é um universo expandido, principalmente se comparada às possibilidades da história do século XVI e de boa parte daquela produzida no século XVII. A nova história dos filósofos e o trabalho dos eruditos – em sua maioria eclesiásticos – em várias regiões, alargou o campo da pesquisa. Mas, faltavam ainda bons exploradores, pois os progressos da crítica documental no século XVII não foram acompanha-

1 No que diz respeito à anglomania voltairiana, Peter Gay também observa: “Voltaire drew the largest possible conclusions from this contrast: England is free, France a land of slaves, England is bold, France the victim of superstition” (GAY, 1977, p. 223).

dos pelos que escreviam história apoiando-se em métodos mais rigorosos. No século XVIII, os historiadores multiplicam-se. Voltaire será uma figura importante entre os partidários das novas exigências.

Voltaire foi filósofo e historiador. Foi também teórico da história, i. e., metodólogo. Como reflete Carbonell, “...as relações entre a história e a filosofia são a marca do Século das Luzes. São relações tão íntimas que por vezes as duas palavras se tornam sinônimas...” Numerosos filósofos se fizeram historiadores, como o escocês David Hume que, depois de ter tentado ser o “Newton da psicologia”, escreveu uma *História da Inglaterra* que lhe valeu nomeada européia. Ao invés, historiadores houve que se fizeram filósofos; foi o caso do eclético Montesquieu que, após as suas *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e da sua decadência* (1734), publicou o *Espírito das Leis* (1748).² Voltaire foi alternadamente filósofo e historiador – um historiador versátil, com uma *História de Carlos XII* engendrada como um romance de capa e espada, um historiador pioneiro, de curiosidades inovadoras –, no *Século de Luís XIV* (1751) e no *Ensaio sobre os costumes* (1756). Filósofo da história – foi ele quem forjou, em 1765, o neologismo “filosofia da História”³ –, Voltaire é também um filósofo sobre a história” (CARBONELL, p. 104-105).

De fato, o espírito do historiador em Voltaire foi aguçado pelo olhar do filósofo. Sua argúcia filosófica foi instrumentalizada em sua obra contra as gerações dos historiadores-fabulistas que o antecederam. Os mitos políticos da história da França foram repudiados pela historiografia do Século das Luzes, enfocados como lendas de tempos de obscurantismo; eles passaram à condição de alvos preferidos na mira de Voltaire. Mas não estiveram apenas sob o seu ataque. Analisando autores representativos como Louis de Beaufort, que revelou as fragilidades dos relatos lendários de Tito Lívio, Georges Lefebvre reconhece um tipo de lógica plenamente aplicável a Voltaire, ponto importante de discrepância da moderna historiografia das Luzes com a perspectiva que iria se consolidar a partir do romantismo. Diz ele sobre Beaufort: “...seu ponto de vista se afasta da visão atual da história porque

2 “Se Montesquieu fundou a ciência social, Voltaire criou a história da civilização e o *Ensaio*, apesar de todas as suas limitações, pode ser classificado como um dos mais importantes livros do século.” (BURY, 1971, p. 138)

3 Sobre as circunstâncias do nascimento do conceito q. v. (GUSDORF, 1960, p. 211).

ele não suspeitava que as lendas ou as fábulas podiam conter uma base histórica” (1974, p. 112-113). A observação é relevante e procedente, mas há certas nuances que precisam ser consideradas.

Na *História da Rússia*, ele admite que uma fábula pode conter a verdade, apesar de sua inverossimilhança. Ao abordar o reencontro de dois irmãos separados desde crianças, e o fato de que uma estrangeira cativa iria se tornar uma imperatriz, ele observou:

Esse reconhecimento, por mais singular que ele pareça, não é tão extraordinário quanto a elevação de Catarina: um e outro são uma prova surpreendente do destino, e podem se prestar a nos fazer suspender nosso julgamento, quando tratamos por fábulas tantos acontecimentos da antigüidade, menos opostos talvez à ordem comum das coisas que a história desta imperatriz. (VOLTAIRE, 1957, p. 506).⁴

Mas, há uma tendência marcante em considerar a fábula como a mais grosseira de todas as espécies de mentira que entulham os livros de história. Contudo, não é toda fábula que é ruim, porque ele sabe que é perfeitamente possível lançar sobre ela um olhar filosófico: “Ah! se as fábulas nos são necessárias, que estas sejam, ao menos, o emblema da verdade. (...) Gosto das fábulas dos filósofos, rio daquelas das crianças, e detesto aquelas dos impostores” (VOLTAIRE, 1994). As fábulas predominaram por um longo tempo porque são sedutoras aos olhos dos que lêem a história do maravilhoso e do fantástico no espírito das damas fúteis e desocupadas. Ler a história como filósofo, eis a receita voltairiana para libertá-la da insensatez dos prodígios e das aparições (Cf. VOLTAIRE, 1957, p. 349).

Seu horror aos historiadores fabulistas leva-o a um combate particular contra o que ele mesmo gostava de chamar de *écrivains faméliques*, aqueles autores mortos de fome já citados, que escreviam mentiras para vender brochuras. É por causa desses de Thou e daqueles La Beaumelle, desses Daniel e daqueles Mézeray e desses Nordberg e daqueles La Motraye, e tantos outros falsificadores da história que ele teve que se explicar sobre

4 Acerca do insólito e do maravilhoso na literatura do século XVIII, em geral, e na obra de Voltaire cf. (GUITTON, 1994, p. 7-9).

o rigor de sua pesquisa, no esforço de tornar seu trabalho confiável. As cartas com as suas defesas e com as suas reflexões sobre a história, reunidas na *Oeuvres historiques*, são muito eloqüentes acerca do ambiente intelectual em que o historiador europeu do século XVIII estava inserido. Foi contra estes apóstolos do erro premeditado e do “tráfico insolente da mentira” que ele também escreveu o “Préface historique e critique”, texto relativamente extenso, preâmbulo de sua *Histoire de l'Empire de Russie sous Pierre le Grand*, obra do ano de 1759, cujo segundo tomo foi publicado em 1762. A maior e melhor parte desse texto são as setas venenosas atiradas contra a história prodigiosa dos chamados “graves personagens”, que escrevem história para ganhar o pão, e que têm a audácia de atenderem pelo nome de historiador. Os seus lamentos contra as “obras impuras” – recordemos que alguns de seus textos foram plagiados – e contra a ganância dos editores, levou-o à seguinte consideração:

É assim que fazem servir a bela arte da imprensa ao mais desprezível dos comércios. Um livreiro da Holanda produz um livro como um manufactureiro fabrica tecidos; e, infelizmente, encontram escritores que a necessidade os força a vender sua pena a esses mercadores (...); daí todos estes insípidos panegíricos e estes libelos difamatórios dos quais o público está sobrecarregado; é um dos vícios mais vergonhosos de nosso século (VOLTAIRE, 1957, p. 340).

No terreno da história das idéias políticas, o século XVIII começa a exprimir, de forma pronunciada, uma nova etapa do processo descrito por Ernst Cassirer (1961) como a dessacralização milenar do pensamento político, o mesmo fenômeno analisado por Eric Voegelin (1982) como a lenta vitória do agnosticismo sobre as formas teológico-religiosas na política. Entretanto, é preciso recordar que o fenômeno da secularização no Ocidente cristão não se verificou por meio de uma invasão das idéias imanentistas sobre as concepções transcendentais na esfera da política. Nesse sentido, a reflexão de Hannah Arendt é bastante esclarecedora:

Se por “secularização” nada mais se entende que o surgimento do secular e o concomitante eclipse de um mundo transcendente, então é inegável que a moderna consciência histórica está

estritamente conectada com ela. Isso, contudo, de modo algum implica a duvidosa transformação de categorias religiosas e transcendentais em alvos e normas terrenas imanentes, em que os historiadores das idéias recentemente têm insistido. Secularização significa, antes de mais nada, simplesmente a separação de religião e política, e isso afetou ambos os lados de maneira tão fundamental que é extremamente improvável que haja ocorrido a gradual transformação de categorias religiosas em conceitos seculares... (1972, p. 102)

De fato, contra o lendário e o maravilhoso predominante nos textos de história, o século XVIII impõe a desconfiança e um estilo que começa a cultivar, progressivamente, a explicação pela exposição clara e amparada em fontes. Este lento e progressivo deslizamento das idéias políticas, da esfera religiosa para o domínio profano, irá se refletir em cheio no discurso histórico de Voltaire. Aliás, sua obra constitui-se, talvez, no que há de mais cristalino para a comprovação das teses de Cassirer e Voegelin. A realeza é um objeto freqüente na análise histórica de Voltaire. Contudo, se perdeu sua sacralidade, não perdeu o seu “império”. Com efeito, o profundo interesse que Voltaire demonstra em relação a um Henrique IV (*La Henriade*), a um Carlos XII (*História de Carlos XII, rei da Suécia*), a um Luís XIV (*Le siècle de Louis XIV*), por exemplo, é sintomático de que há algo aí que ultrapassa as preocupações do historiador. De fato, são bem conhecidas as relações entre intelectuais e soberanos na Europa dos séculos XVII e XVIII. Nesse aspecto, a trajetória de Voltaire foi exemplar. Cortejador de cabeças coroadas, também foi muito cortejado por príncipes importantes.

Como é possível perceber, ele era um dos mais apaixonados partidários da monarquia, e é bem possível que essa posição derive da sua convicção de que um poder forte e reconhecido por sua autoridade seja o único regime que guia um grande Estado ao bom governo. Para ele, os governos mais relevantes da história da França foram aqueles nos quais o reconhecimento do poder real era mais visível. Este período correspondia à época inaugurada por Henrique IV, passando pelo ministério de Richelieu, para culminar com Luís XIV. Em sua avaliação, o governo de Luís XV não era mau, na verdade, era uma “idade de prata”, que correspondia a tempos até bem gloriosos, porque fôra facilitado pela grande e difícil obra anterior de consolidação da monarquia, protagonizada pelo Rei-Sol e mais alguns pou-

cos predecessores geniais.⁵ A historiografia contemporânea sempre desconfiou que Voltaire teria elevado demais a figura de Luís XIV com o propósito de rebaixar a de Luís XV, o que parece verossímil. Numa análise sobre o conjunto da historiografia dos séculos XVII e XVIII, Guy Bourdê e Hervé Martin consideram que “...a subordinação da história à política é igualmente muito visível (...), quer se trate de defender o absolutismo real ou, pelo contrário, de apoiar as pretensões dos Paramentos. Os filósofos dirigem prioritariamente a sua mensagem aos príncipes (...), esperando assim incitá-los a trabalhar para a felicidade dos seus povos.” (BOURDÊ; MARTIN, p. 62). Em *Le siècle de Louis XIV*, imagens hiperbólicas sobre a personalidade do rei e suas realizações são referências que atravessam toda a obra. Ele leva a crer que grande parte dos escritos da posteridade foi obra de ingratos. Contra esta tradição, escreveu páginas inteiras, carregando em termos fortes.

Os progressos que levaram à superação da história sagrada de Bossuet e dos historiadores do *Grand Siècle* são muito notáveis na primeira metade do século XVIII. Mas seria prudente nuançar estas virtudes secularizadoras no campo da história. De fato, a *historiografia* produzida no Antigo Regime como um todo, e muito mais ainda ao longo da primeira metade do século XVIII, esteve longe de constituir-se como um campo homogêneo de estudos. Nesse sentido, Charles-Olivier Carbonell esclarece que “Na perspectiva da historiografia, o Grande Século e o Século das Luzes manifestam-se como contínuos e descontínuos. E já não há só uma história, mas histórias” (CARBONELL, 1987, p. 93). Acerca desse caráter heterogêneo da história produzida na França do *Ancien Régime*, particularmente durante a Época Clássica e o Século das Luzes, é preciso considerar que se trata de fenômeno já muito antigo. Para Guy Bourdê e Hervé Martin, a diversidade nas formas de se produzir obras de história é um fato verificável desde o fim da Idade Média. Segundo esses autores,

5 Como observa P. Gay, “The decline of culture was an obsessive theme with Voltaire... . He was convinced that the century of Corneille and Molière had scored such stunning triumphs that it left its successor a Silver Age: the age of Louis XIV had cleared a vast field, so vast that the age of Louis XV could cultivate only a small part of it.” (GAY, 1977, p. 104)

A Idade Média conheceu uma grande variedade de tipos de historiadores. A partir de então não se poderá contentar em evocar, como fizemos, os sempiternos Raoul Glaber, Joinville, Froissart e outros Comynes. Bernard Guenée edificou uma autêntica sociologia do saber histórico, distinguindo os tipos de historiadores, segundo os locais onde exercem, mais do que segundo as épocas. (BOURDÉ; MARTIN, p. 40)

Mas, no século XVIII, as curiosidades diversificam-se ainda mais, a história alarga-se métodos, questões políticas, temas de geografia, costumes. Tudo o que se poderia esperar naquele *novo* regime intelectual passa a entrar em linha de consideração. A uma expansão do interesse pelo passado corresponde uma grande diversificação de estilos. Pierre Chaunu (1985) amplia este entendimento, à medida que considera que a história era leitura garantida entre os franceses, que muito apreciaram, desde o início da Época Moderna, os livros da história lendária, os romances de reis e as grandes crônicas nacionais. Num quadro geográfico mais dilatado, as tradições nacionais revelam-se bastante diversificadas, pouco ou quase nada havendo de comum entre as histórias produzidas na França, na Inglaterra, na Alemanha. Ao analisar as condições da produção historiográfica na Inglaterra de Edward Gibbon, Peter Gay considera o fenômeno daquilo que passa a constituir-se como novidade no campo da história, em convivência com gêneros antigos, muito presentes e até revigorados pelo trabalho marcante de intelectuais dos círculos eclesiásticos.

Do mesmo modo, Robert Nisbet nos fala da notável repercussão de Bossuet, em pleno século de Montesquieu, de Voltaire e dos enciclopedistas: “É justo dizer-se do *Discours* – e não se lhe pode prestar maior elogio – que ele representou para os séculos XVII e XVIII aquilo que *A Cidade de Deus* havia representado para os períodos posteriores ao romano e medieval” (1980, p. 55). Ora, isto se torna muito compreensível pois, ao longo do século XVIII na Europa, o absolutismo monárquico é o pano de fundo sempre presente sobre quase todas as cenas da vida política, social e religiosa. E tal consideração é tanto mais válida para a primeira metade do século. A imagem do Rei-Sol ainda estava muito nítida na Literatura por essa época, como bem demonstra o grande interesse de Voltaire. Além de tema para intelectuais, Luís XIV e seus feitos são fontes de inspiração para cabeças coroadas em toda a Europa. Como afirma Suzanne Pillorget, “Os soberanos europeus continuam a admirar e a imitar Luís XIV.” (1981, p. 185) Do mesmo modo,

Georges Rudé observa que “O domínio cultural francês não se confinou apenas às letras. Os esplendores arquitetônicos de Versalhes tinham encontrado (...) imitadores nas cortes estrangeiras.” (1988, p. 216)

Dessa forma, a crise da consciência européia dos anos 1680-1715, importante foco de fissura para a afirmação de uma nova civilização na Europa Ocidental, foi um fenômeno que pertenceu apenas a uma parcela das elites, a uma “fina película” desses segmentos sociais em alguns poucos países europeus, como a França, a Holanda e a Inglaterra. Isto para afirmar que as idéias que farão ruir o *Ancien Régime*, e que já estavam presentes no espírito de alguns pensadores desde a época de Bossuet, são uma espécie de veneno lento. Vai nesse sentido a análise de Suzanne Pillorget ao afirmar que, “Na verdade, uma nova ideologia, fundamentalmente hostil às bases políticas e religiosas do século precedente, nascem durante a vida do Grande Rei. Mas sua expansão nos espíritos dá-se muito lentamente, e até meados do século apenas atinge um número restrito de membros da elite social” (1981, p. 185). Já para Guy Chaussinand-Nogaret,

A rotina recorta a história em séculos e reinados. Procedimento cômodo e frívolo que até pode, em alguns casos se revelar pertinente, mas que certamente não presta conta das revoluções da vida do espírito: aquilo que obedece a razões e a ritmos menos aritméticos. A aparente unidade do “século” de Luís XIV é somente uma ficção e o longo magistério deste monarca preenche, em verdade, duas idades do pensamento (...). Os anos 1690 marcam uma ruptura tão completa com a idade anterior, que o conformismo imposto não é suficiente para camuflar a intensidade nem mesmo atenuar a cesura. Durante estes anos, a geração “clássica” acaba seu percurso. (1994, p. 11)

Sobre o fraco enraizamento das novas perspectivas surgidas a partir de um maior desenvolvimento crítico entre os círculos intelectuais nas sociedades européias mais avançadas entre os últimos anos do século XVII e as primeiras décadas do século seguinte, Pierre Barrière argumenta que

A maior parte das idéias filosóficas, ao menos aquelas que seriam verdadeiramente assimiladas, não são novidades, e já estão no ar, como haviam estado as idéias de Montaigne, de

Descartes. Se trata de precisá-las. Os filósofos as formularam, mas as fórmulas não alcançam senão a um público culto, preparado, que pôde ampliar-se, mas que sempre foi bastante limitado. Seu significado é deformado freqüentemente, seu alcance, por outro lado, é amiúde incompleto (...). As palavras mudam talvez mais que as coisas (1963, p. 251-252).

O historiador Voltaire foi despertando pouco a pouco, em meio aos “debates e combates” que se seguiram à chamada crise da consciência européia. Mas, ao Voltaire-historiador precedeu o Voltaire-poeta que, por sua vez, foi sucedido pelo Voltaire-filósofo, estas dimensões convivendo ao mesmo tempo na longa existência de Monsieur Arouet. De fato, não há um tempo do Voltaire-historiador, haja vista que suas obras históricas foram produzidas esparsamente, com diferença de muitos anos de umas para outras. Dois livros importantes como a *História de Carlos XII* e *O século de Luís XIV*, por exemplo, quanto à publicação, estão separados por vinte anos, já que o primeiro veio à luz em 1731 e o outro em 1751. É preciso notar, no entanto, que *Le siècle de Louis XIV* foi iniciado no ano de 1732. Em 1739, o autor ainda trabalhava nesse livro. Contudo, ele permaneceu inédito até 1751, quando foi publicado na Prússia, reformulado e expandido, sob os auspícios de Frederico II. Este livro custou muito caro a Voltaire, entre outras coisas porque foi *subtraído* por um jovem destinado a um grande futuro, Lessing. Conta Paul Hazard que, à procura de um tradutor alemão, fez com que o livro acabasse por cair nas mãos do jovem Lessing, em seus anos rebeldes, o qual se afastou de Berlim levando consigo a obra, motivo de grande tormento para seu autor (Cf. HAZARD, 1989, p. 389).

Voltaire tinha razão em se preocupar. Ao que parece, seu livro foi um sucesso editorial;⁷ teve oito edições em menos de dez meses, como informa o texto *Avis du Libraire* (Cf. VOLTAIRE, 1957, p. 614). A primeira

7 “O sucesso de *O século de Luís XIV* excitava os apetites dos editores” (POMEAU em VOLTAIRE 1990, p. 8). Décadas mais tarde – anos 1778/1779 – os textos de Voltaire teriam uma cotação elevadíssima na disputada *bolsa* de investimentos editoriais. R. Darnton mostra quanto o editor Panckoucke estava disposto a desembolsar para adquirir os manuscritos do Patriarca, de sua herdeira, Madame Denis (Cf. DARNTON, 1996, p. 313 et seq.).

edição foi publicada com o beneplácito de Frederico II. O autor reescrevia sua obra incessantemente, solicitando novas edições. Na edição de Leipzig, de 1752, a obra havia *engrossado* em um terço de seu volume original. Mas, não seria este o seu único livro roubado antes de ir à estampa. O *Ensaio sobre os costumes*, que vinha sendo publicado em partes desde 1745, também fez o autor amargar, por alguns dias, aquele mesmo sentimento de perda, como informa René Pomeau (VOLTAIRE, 1957, p. 1698). *O século de Luís XIV* é o desdobramento temático do *Ensaio sobre os costumes*, apesar de concebido muito tempo antes. Voltaire achava que *O século de Luís XIV* seria uma espécie de seqüência cronológica daquela obra, apesar de ter reduzido as dimensões de seu objeto. O fato é que o autor transferiu trechos inteiros de um livro para outro nas edições sucessivas, conforme nos afirma René Pomeau (VOLTAIRE, 1957, p. 1702). Aliás, um livro de Voltaire parece ser uma obra sempre em aberto, e ele retomará continuamente vários de seus trabalhos que considerava incompletos. *O século de Luís XIV* e o *Ensaio sobre os costumes* sofreram alguns aditamentos importantes: “O que mostra bem o lugar da história no auge do esforço de toda uma vida” (CHAUNU, 1985, p. 261).⁸

E qual o caminho trilhado por este aventureiro do espírito, no melhor sentido possível da expressão, que o levou à história, às idéias políticas e, sobretudo, à realeza solar? Para alguns autores, como Pierre Lepape (1995), por exemplo, tratou-se de uma conversão em nome de uma glória literária a ser dilatada, uma vez que, no terreno das vaidades intelectuais, Voltaire já havia se consolidado com a sua dramaturgia, apesar de algumas de suas peças terem conhecido enorme fracasso. Para a história, uma explicação que se deve considerar para a compreensão dessas guinadas voltairianas é realmente a sua paixão pela grande obra luiscatorziana, no domínio da conquista da civilização dos costumes e da criação e expansão da cultura letrada entre os franceses. Ao sentir que no reinado de Luís XV lhe faltava espaço adequado e atmosfera respirável para estabelecer o seu império particular

8 Seu historiador, René Pomeau, dá a entender que um de seus livros mais reputados foi a obra de quase meio século cheio de peripécias: “... ele não cessará de alimentar o texto do *Ensaio*, acrescentando muito, excluindo pouco, até à última revisão, alguns meses antes de sua morte, em 1778. A redação se estende, pois, a trinta e quatro anos entrecortados de longas interrupções” (POMEAU, 1990, p. 5).

no mundo intelectual, e ainda ao constatar que, nos domínios das letras e das artes, houve um notável recuo em todas as manifestações culturais em relação à França de Luís XIV,⁹ ele tenciona retornar àquele tempo, para assoprar as brasas das grandes conquistas passadas, e tentar recuperar a tradição perdida.

A partir de seu reinado pessoal, a figura de Luís XIV esteve no centro de um conjunto complexo de imagens e símbolos, elaborado pelas mais diversas formas de manifestações culturais e artísticas. Para o seu tempo, ou até para alguns anos depois, isto é fato bem compreensível. Mas, que estranha metamorfose fez com que o mito de *Louis Dieudonné* se mantivesse tão vivo na consciência dos franceses cultos décadas e décadas depois de sua morte? Por que Luís XIV como tema, como objeto de pesquisa? O fato é que ser historiador, na França do século XVIII – como ser historiador em qualquer outra época –, implicava falar de determinados temas, estes por sua vez inseridos em períodos-chave da história do reino. É bom recordar que, antes de sua predileção por Luís XIV, Voltaire já havia passado por Henrique IV, *noble sujet* entre as histórias produzidas nessa época, mas havia abordado a vida desse monarca de excepcionais virtudes no espírito de um dramaturgo que desejava impressionar os amantes da literatura.¹⁰ Esta queda de Voltaire por Henrique IV foi imortalizada em algumas imagens. Os pintores, Hudon – que retratou Voltaire em inúmeras cenas de sua vida cotidiana, a soldo de Catarina II – e Fauvel – que fixou na tela uma *apparition d'Henry IV* e um *Voltaire accuelli aux Champs Elysées par Henry IV* –, são cristalinos testemunhos de uma grande reverência.

Segundo Guy Chaussinand-Nogaret,

9 “Luís XIV surge à maneira de um farol do modernismo, à luz do qual as contradições são, de alguma forma, transcendidas, sem contudo receber uma solução. As divergências entre os autores parecem mesmo esquecidas. Com efeito, que ele seja considerado por Voltaire como o motor do progresso da civilização, ou por Saint-Simon, Boulainvilliers, Montesquieu, como um usurpador, Luís XIV representa uma encruzilhada da história, a passagem de uma época antiga a um período completamente novo” (FERRIER-CAVERIVIERE, 1985, p. 154).

10 Na interpretação de E. Le Roy Ladurie a época de Henrique IV é “...suficientemente ‘coabitante’ para merecer inteiramente a onda de nostalgia retrospectiva com que a inundarão um século mais tarde os filósofos da tolerância, à frente dos quais se inscreverá Voltaire” (LE ROY LADURIE, 1994, p. 271).

Como seus contemporâneos, Voltaire enxergava em Henrique IV o modelo dos soberanos esclarecidos. Ele havia consagrado um longo poema épico em dez cantos (...) publicados em 1723 com o título de *La Ligue ou Henry Le Grand*, tornado em seguida *La Henriade*. Inimigo do fanatismo, Henrique IV aí aparece como o restaurador da paz religiosa, o apóstolo da tolerância, virtude essencial da qual depende a felicidade e o bem-estar (1994, p. 20).

Sobre o fato de se eleger os temas relevantes da história no *Ancien Régime*, Philippe Ariès tem uma explicação interessante, o que ele denomina por “...saliências que perfuram a superfície de um tempo demasiado uniforme.” Para Ariès, “As guerras de religião e Henrique IV foram para os homens do século XVII, o primeiro relevo no horizonte. No século XVIII, a personalidade de Luís XIV os substituiu.¹¹ Quando alguém se voltava para o passado, ia direto a um desses altos períodos” (1989, p. 207).

É devido a esses desvios da história efetiva, que de tempos em tempos parece se precipitar no caos, que a figura imperial do príncipe surge na obra histórica de Voltaire. Com efeito, foi sempre um príncipe que a fez desviar-se dessas rotas assassinas. Tangenciada pelo furor fanático num dado momento, Henrique IV debela os agentes da desordem, fazendo com que a história retorne a seu curso natural; novamente descarrilhada por um determinado período, Luís XIV a reconduz a seus trilhos. Inequivocamente, o príncipe é a resposta ao problema da segurança e da ordem. Sob esse aspecto, a matriz do pensamento político voltairiano pertence, quase integralmente, aos séculos XVI e XVII. Ao lançar seu olhar ao passado não muito distante da França, Voltaire percebeu temeroso o potencial de destruição das guerras civis. Como afirma George Huppert, “No domínio da política, este medo se manifesta por um culto excessivo do absolutismo real, maneira de exorcizar o temor de um passado de guerras civis”

¹¹ Substituiu, porém, sem anular. Com efeito, as guerras de religião são um tema histórico recorrente na *enciclopédia voltairiana*, seja em sua versão filosófica, histórica ou literária. Além da *Henriade*, inúmeros textos do autor analisam esse problema. Outro tema importante, porque realça o vazio de poder e, por consequência, a instabilidade da ordem pública será a Fronda. Ambos eventos despertaram a atenção de Voltaire, muito provavelmente porque abriram terreno para o advento de pequenos tiranos, a quem o autor abomina e satiriza no *Dicionário Filosófico*. Verbetes: “Tiranía” (1978).

(HUPPERT, p. 1973). Essas subversões *sazonais* do curso natural da história, barrando o caminho de um regime crescente de paz e prosperidade, reforçam em Voltaire a aspiração a uma monarquia cuja soberania esteja inequívoca e, acentuadamente, concentrada nas mãos de um príncipe virtuoso.¹²

Dessa forma, Voltaire chega à história guiado por Luís XIV, já que sua obra histórica anterior, *a Vida de Carlos XII*, não era muito mais que uma monografia monocórdia, uma história-batalha agradável em certos aspectos, mas enfadonha em outros; não fosse sua arte genial de narrador e algumas reflexões sobre a história e o ofício de historiador no século XVIII, ela teria bem poucos atrativos, a não ser o seu valor de documento. Para Nicole Ferrier-Caverivière,

...a fraqueza de Luís XV lhe pesa; o octogenário Fleury o exaspera tanto ele lhe parece pálido; (...) Ele gostaria que Luís XV governasse ‘pessoalmente com brilho’, a fim de que a França se tornasse um modelo para as outras nações. O presente não lhe trazendo senão o travesseiro da decepção, ele se volta em direção a um passado que se adequa melhor a seus desejos. O reino de Luís XIV lhe inspira reflexões que têm o valor de réplicas e de lições endereçadas a Luís XV (1985, p. 123-124).

Mas há também outros indícios que ajudariam a explicar a sua opção, i. e., a sua *chegada* à história. No próprio Voltaire, descobre-se o seu grande interesse pessoal. No *Século de Luís XIV*, ele confessa os móveis de sua opção pelo tema, o brilho e a magnificência do rei: “O esplendor de seu governo sobre suas menores ações. Estava mais ávido de saber das particularidades de sua corte, sobretudo na França, que das revoluções de alguns Estados. Tal é o preço da grande reputação” (VOLTAIRE, 1957, p. 890). Parece haver uma ponta de nostalgia do autor sobre uma época que ele teve a infelicidade de não ter vivido. Não teria ele visto na época de Luís XIV, um tempo propício para ele mesmo? Entretanto, esta explicação precisa levar em

12 Nesse sentido, a sua expectativa corresponde àquela das sucessivas gerações do Antigo Regime, definida por R. Mousnier nos seguintes termos: “O absolutismo era o desejo das multidões, que viam sua salvação nas mãos de um único homem, encarnação do reino, símbolo vivo da ordem e da unidade almeçadas” (MOUSNIER, 1967, p. 119).

conta a participação de Voltaire no diálogo com a tradição intelectual do século XVIII. É preciso compreender essas defesas quase incondicionais de Luís XIV em seu contexto. Na época de Voltaire, houve uma tradição muito restritiva e até hostil à memória de Luís XIV, e ele estava empenhado em reunir elementos para um contra-ataque.

Ele acompanhava com interesse as histórias escandalosas escritas e publicadas com o único fito de ganhar dinheiro. Julgando Luís XIV injustiçado e a história desonrada, ele desabafa: “Eu ousou dizer que, impressionado todo o tempo pela injustiça dos homens, eu fiz muitas pesquisas para saber a verdade” (VOLTAIRE, 1957, p. 945). Desse modo, é preciso considerar a sua tendência – mesmo que não inteiramente despertada – em encarar desafios e defender causas novas. É mais ou menos como dizer: “retire-lhe Calas no início do dia, e ele se *deitará* com o cavaleiro de La Barre.” Em sua fase de Cirey, Madame du Châtelet, newtoniana convicta, não reconhecia um valor de ciência à história. Voltaire quis provar-lhe o contrário, obtendo o pretexto para dar vazão a uma necessidade pessoal. René Pomeau considera que, além de sua amiga, Frederico II também está na gênese do *Ensaio sobre os costumes* e, portanto, no seu apego ao *ofício* de historiador.

Referências

- ARIÈS, P. *O tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- BARRIÈRE, P. *La vida intelectual en Francia desde el siglo XVI a la época contemporanea*. México: UTEHA, 1963.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Lisboa: PEA.
- CARBONELL, C. O. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987.
- CHAUSSINAND-NOGARET, G. *Voltaire et le Siècle des Lumières*. Paris: Editions Complèxe, 1994.
- CHAUNU, P. *A civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Estampa, 1985. 2 v.

FERRIER-CAVERIVIÈRE, N. *Le grand roi à l'aube des lumières*. Paris: PUF, 1985.

GAY, P. *The Enlightenment, an Interpretation*. The Science of Freedom. New York: W. Norton, 1977.

GOLDZINK, J. *Voltaire, la légende de Saint Arouet*. Paris: Gallimard, 1994.

GUSDORF, G. L'éveil du sens historique. In: *Introduction aux sciences humaines*. Paris: CNRS, 1960.

GUITTON, E. Préface. In: *Voltaire: romans et contes*. Paris: L.G.F., 1994.

HAZARD, P. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1989.

HUPPERT, G. *L'idée de l'Histoire parfaite*. Paris: Flammarion, 1973.

_____. Introduction. In: VOLTAIRE. *Essai sur les mœurs*. Paris: Bordas, 1990. v. 1.

LE ROY LADURIE, E. Introduction historique. In: VERSAILLE, A. (Org.). *Dictionnaire de la pensée de Voltaire par lui-même*. Paris: Éditions Complexe, 1994.

_____. Le siècle de Louis XIV. In: *Oeuvres historiques*. Paris: Gallimard. (Collection Bibliothèque de La Pléiade, texte établi, annoté et présenté par René Pomeau).

MONTESQUIEU. *Mes Pensées*. Oeuvres complètes. Paris: Gallimard, 1949. 2 v. (Bibliothèque de la Pléiade).

MOUSNIER, R. *Os séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1967. (H. Geral das Civilizações).

NISBET, R. *História da idéia de progresso*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

POMEAU, R. Préface. In: VOLTAIRE. *Oeuvres historiques*. Paris: Gallimard, 1957.

RUDÉ, G. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988.

VOLTAIRE. Histoire sur l'Émpire de Russie sous Pierre le Grand. In:

VOLTAIRE. *Oeuvres historiques*. Paris: Gallimard, 1957. (Collection Bibliothèque de La Pléiade, texte établi, annoté et présenté par René Pomeau).

VOLTAIRE. Cartas Inglesas. In: CHAUÍ, M. de S. (Org.). *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Tradução, seleção de textos e consultoria da apresentação de Marilena de Souza Chaui).

VOLTAIRE. Dicionário Filosófico. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. (Para esta obra, os verbetes assinalados com asterisco, conforme nota na página de rosto da edição, foram traduzidos por Marilena de Souza Chaui. O restante da obra foi traduzida por Bruno da Ponte e João Lopes Alves).

VOLTAIRE. *Essai sur les mœurs*. Paris: Bordas, 1990. (Presentée par R. Pomeau).

_____. *Voltaire*. Paris: Seuil, 1994.